

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO NA REGIÃO DA AMAZÔNIA PARAENSE

Afonso Welliton Sousa Nascimento, UFPA; Doutor em Educação; afonsows27@gmail.com.

Coordenador

Maria Bárbara da Costa Cardoso, UFPA; Doutora em Educação; barbara.costa@csfx.org.br.

Maria do Socorro Vasconcelos Pereira, UFPA; Doutora em Educação;

vasconcelosmariadosocorro67@gmail.com.

### RESUMO

A mesa aborda as políticas de ensino médio na realidade da Amazônia paraense, cujo objetivo é estabelecer reflexões sobre as dinâmicas constitutivas dos municípios dessa região, focalizados a partir da epistemologia das águas como um direito. Por meio da interlocução entre dinâmicas e direitos ressalta resultados de pesquisas sobre Ensino Médio nessa realidade salientando que as ações têm sido historicamente referendadas por fatores como a filantropia, protelação, fragmentação e improvisação que fazem com o anseio por políticas públicas educacionais se constitua a partir de uma referência outra, consolidada pela importância do reconhecimento das dinâmicas constitutivas dos municípios da Amazônia paraense, representativas de valores, costumes e injunções locais que os caracterizam como elemento central para a compreensão das especificidades das políticas públicas educacionais para o Ensino Médio.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais. Epistemologia das águas. Ensino Médio.

### ABSTRACT

The table addresses the policies of high school in the reality of the Pará Amazon, whose objective is to establish reflections on the constitutive dynamics of the municipalities of this region, focused from the epistemology of water as a right. Through the interlocution between dynamics and rights, it highlights the results of research on secondary education in this reality, pointing out that actions have been historically referenced by factors such as philanthropy, procrastination, fragmentation and improvisation, which make the longing for public educational policies to be constituted from another reference, consolidated by the importance of recognizing the constitutive dynamics of the municipalities of the Pará Amazon, representative of values, customs and local injunctions that characterize them as a central element for the understanding of the specificities of public educational policies for secondary education.

**Keywords:** Educational policies. Epistemology of the waters. High School.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE ENSINO MÉDIO NA AMAZÔNIA PARAENSE

Afonso Welliton de Sousa Nascimento  
UFPA- [afonsosn@ufpa.br](mailto:afonsosn@ufpa.br)

### RESUMO

O artigo faz uma reflexão sobre a importância do reconhecimento das dinâmicas constitutivas dos municípios e/ou das cidades da Amazônia paraense, representativas de valores, costumes e injunções locais que os caracterizam, como elemento central para a compreensão das especificidades das políticas públicas educacionais para o Ensino Médio (EM). Aborda referências teóricas contemporâneas sobre a constituição do conceito de cidadania como os principais enfoques teóricos para entender as noções de Estado, Políticas públicas e Educação, permeados pela ideia do município como dinâmicas e palco de publicização de projetos globais que incorporam determinações exógenas que subjazem as emanações de seu mundo. A intenção da problematização é ressaltar a necessidade de fortalecer uma mentalidade que compreenda as políticas educacionais na amazônia paraense a partir de expressões políticas, culturais, econômicas e sociais que lhes são inerentes. Palavras-chave: Cidadania. Políticas Públicas Educacionais. Ensino Médio. Amazônia paraense

### ABSTRACT

The article reflects on the importance of recognizing the constitutive dynamics of the municipalities and/or cities of the Pará Amazon, representative of values, customs and local injunctions that characterize them, as a central element to understand the specificities of educational public policies for Secondary Education (HS). It approaches contemporary theoretical references about the constitution of the concept of citizenship as the main theoretical approaches to understand the notions of State, Public Policies and Education, permeated by the idea of the municipality as dynamics and stage of publicization of global projects that incorporate exogenous determinations that underlie the emanations of its world. The intention of the problematization is to highlight the need to strengthen a mentality that understands the educational policies in the Pará amazon from political, cultural, economic and social expressions that are inherent to them.

Keywords: Citizenship. Public Educational Policies. High School. Paraense Amazon

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



## 1. INTRODUÇÃO

A educação na Amazônia é um grande desafio que como elemento essencial características específicas que se fundam na dinâmica própria das injunções locais, cuja provocação é de pensar a região em uma perspectiva cujo sentido nos aproxime o máximo possível das dinâmicas constitutivas do que poderíamos chamar de realidade amazônica.

Esse caminho deve trilhar em um horizonte que ponha em destaque os Municípios e/ou as cidades com determinações específicas, que de certo modo, representam valores, costumes e dinâmicas próprias das injunções locais, que representam expressões políticas que envolvem não apenas os enfrentamentos partidários, mas simbolizam empoderamentos de classes ou de forças políticas que envolvem populações tradicionais, movimentos sociais urbanos e rurais, que irão efetivamente disputar a dinâmica do poder e exercer fortes influências nas dinâmicas institucionais, principalmente na educação.

Neste sentido, o artigo, com base em referencial crítico, faz uma análise das políticas públicas em educação na Amazônia, mais precisamente as voltadas ao papel do Ensino Médio (EM) nas cidades da Amazônia paraense, abordando os principais enfoques teóricos, com o objetivo de apreender as noções de Estado, Educação e políticas públicas educacionais, a partir de reflexões sobre projetos globais que buscam referenciar as determinações próprias de suas concepções sobre as políticas educacionais e sociais amazônicas calcadas em expressões, encaminhamentos, orientações que lhes são inerentes.

## 2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O conceito de cidadania, que se manifesta nas formas de relações de poder, e na ação política cidadã de conquista de espaço de bem estar social, nos coloca como ponto de partida, como locus próprio de análise o município, não um único município, mas uma rede que se identifica por características aproximadas numa ação constitutiva do que se pode chamar de território, no sentido de uma

### PROMOÇÃO



### APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

microrregião ou de um local, como diria Fischer(2002), como é o caso analisado da Amazônia paraense, se constitui de territórios que trazem uma estrutura formal do estado, com dinâmicas constitutivas que representam não só valores e costumes tradicionais das populações que neles habitam como possuem injunções locais que dão características próprias às formas de ação política e de poder dos diversos agentes sociais que os compõem.

Assim sendo, concebe-se que as teorias sociais contemporâneas, influenciadas pelas transformações sociais do final do séc. passado e início do séc. XXI demandam formas alternativas de existência e a necessidade de pensarmos as possibilidades humanas não apenas nas teorias que se fundamentam em uma mentalidade transformadora, centrada nos princípios iluministas do séc XIX, mas, sobretudo, a exigência da compreensão de uma dinâmica social de resistência a partir de lócus que apontem mentalidades locais, que possibilitem um entendimento também de formas globalizantes, capazes, portanto, de traduzirem os fenômenos totalizantes sem perderem suas características própria de existência.

Com base nesse pressuposto se lança o olhar sobre os municípios e/ou cidades da Amazônia paraense, não apenas como lócus da esfera pública estatal, mas como espaço, território, composto por cidadãos que vivem e refletem dinâmicas características de seu cotidiano, produzindo formas de existência, de resistências e de democracia traduzidas nos poderes que se constituem na construção de bem estar e de hegemonias sociais alternativas.

Sobre essa referência que consideramos abrigar formas alternativas de existência e de democracias, lançamos a reflexão sobre as relações que se estabelecem nesse espaço a cerca das políticas educacionais de EM, ou seja, se busca compreender como se dão as formas de disputas pelo poder ou da formação do que poderíamos chamar de construção de hegemonias sociais ou de constituições de autoridades políticas, que disputam não apenas a esfera do domínio dos governos, mas que ao mesmo tempo, alternativamente, conquistem espaços legítimos de representação política, bem como, apontam saídas de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



conquistas sociais através de demandas locais com os governos municipais, e/ou através de políticas públicas com governos regionais, governo federal, ou de financiamentos com ONGs e organismos internacionais.

A reflexão focaliza a busca de entendimento de como na contemporaneidade vem desenvolvendo as relações na dinâmica do estado, da economia e da sociedade ou, mais caracteristicamente, a reflexão sobre a perspectiva do desenvolvimento de democracia, ou seja, das relações que se estabelecem na dinâmica do poder político e na constituição do caráter próprio do conceito de cidadania por meio e a partir das políticas públicas educacionais.

Considerando a concepção harendtiana de mundo, cuja compreensão separava as esferas próprias do mundo público das do mundo privado, transformando a atualidade na primazia efetiva do social, em que a ação específica do público envolve-se caracteristicamente pelas influências dos ditames econômicos, próprios do grande lar moderno, constituinte de uma nação do Estado moderno administrativo, reverbera na forma da ação política na atualidade, na qual as necessidades do mundo da economia influenciam tanto nas decisões características das políticas de estado como nas ações individuais específicas que caracterizam o desenvolvimento do conceito de cidadania como referência às políticas públicas educacionais.

Na referência histórica nos ancoramos em perspectivas que basicamente determinaram o processo de desenvolvimento civilizatório da modernidade no Século XX, tanto no que diz respeito à mentalidade das teorias sociológicas sobre o processo de democracia, como também sob os seus olhares na dimensão da cidadania; do mesmo modo que determinam os modelos de compreensão do papel do Estado no desenvolvimento da sociedade.

Na perspectiva do pensamento liberal clássico de democracia que se funda na mentalidade de um estado de direito cuja concepção se estrutura, pelo que a teoria política chama de democracia representativa, isto é, o caráter de um cidadão que se expressa através do voto e/ou do direito de votar ou ser votado, ou mesmo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

no âmbito do cotidiano da garantia dos direito de igualdade jurídica estabelecida pelas regras liberais clássicas definidas pela lógica do mercado e do contrato social (SANTOS, 1995).

Sob outra perspectiva teórica assentada no princípio do mundo trabalho, na ênfase dada pelo pensamento marxiano, da auto-atividade constitutiva de um mundo urbano-industrial centrado no caráter da plena realização humana conquistada através da possibilidade do trabalho como princípio universalizante do gênero e da espécie humana. Portanto do desenvolvimento do progresso científico e do avanço das forças produtivas técnicas e psicológicas da modernidade socialista. Assim, a qualidade da democracia e/ou da cidadania não se expressaria apenas na igualdade jurídica, mas acima de tudo, no usufruto efetivo das riquezas produzidas pela humanidade, ou seja, na superação da desigualdade econômica, como também na expressão do trabalho como agente fundante da modernidade alternativa (MARX, 1980).

Concebemos, a partir destas referências, que no Estado desenvolvimentista da América Latina, os principais agentes da modernidade urbano-industrial - trabalho, capital e mercado – se ancora a tônica da organização do estado e sua relação com a sociedade, bem como, os movimentos sociais de resistência incorporam essas mentalidades para refrearem o afã do mercado e garantirem cidadania e espaço nas democracias, para além da igualdade jurídica, com a participação efetiva no processo de partilha das riquezas produzidas pelo desenvolvimento humano, ou seja, apesar dos conflitos e processos de dominação econômica estabelecidas pelo modelo capitalista de produção, essas concepções deram um alento efetivo e identidade às dinâmicas de construção da democracia e do conceito de cidadania. Na sociedade contemporânea, as conquistas do mundo do trabalho e suas regulamentações, a efetivação da seguridade social e do reconhecimento de direitos inalienáveis aos seres humanos – como saúde, educação e trabalho - potencializaram de certa forma, as resistências e conquistas não apenas no mundo do trabalho urbano-industrial, mas motivaram elementos de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



cidadania também em outras esferas das dinâmicas sociais. Como referenda Bobbio (1992) ao refletir sobre a constituição do direito universal da pessoa humana.

Desta feita, sob a referência dos elementos teóricos apresentados repousa o entendimento dos aspectos que envolvem a dinâmica dos conceitos de Estado, Educação e Políticas públicas educacionais para o EM na Amazônia, com a perspectiva de compreendê-los a partir das esferas singulares ou locais, focalizados a partir da compreensão das injunções dos espaços que definem a realidade dos fenômenos das políticas em educação, do envolvimento do movimento social e das características das arenas que são construídas no processo de participação política: seja nos aspectos partidários como na construção da cidadania efetiva.

### 3. ESTADO, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MUNICÍPIO: PERSPECTIVAS OUTRAS

A reflexão que buscamos estabelecer nesta análise que tem foco os conceitos de Estado, Cidadania, Políticas públicas educacionais e Educação, se assenta na pretensão de uma perspectiva diferenciada, pois os localiza em um território que se compõe de arenas, onde estão incorporados desde os agentes que representam as instâncias institucionais dos governos - como o papel que a educação e/ou escola ocupam nesses espaços - bem como, da sociedade civil, significando injunções próprias de conjunturas de poder que simbolizam conflitos, disputas hegemônicas, empoderamentos, participações que constituem o caráter da democracia e representações políticas nesse ambiente.

Assim pensar a educação e/ou as instâncias institucionais do Estado nesse lócus, é compreender que para além das políticas públicas que simbolizam os investimentos econômicos, de saber e de infra-estrutura, elas determinam empoderamentos sociais de agentes que representam poderes políticos ou hegemonia de grupos ou frações de classes sociais locais. Ou seja, um Secretário de Educação, um Coordenador Regional de Ensino, bem como um Diretor de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



escola, significam ou representam tanto poderes de representação política, como indicam resoluções de demandas sociais apresentadas a serem solucionadas pelo Estado.

Da mesma forma, a compreensão das ações educacionais em si está para além do simples repasse de conhecimento. No olhar dos indivíduos significam possibilidades econômicas, status, e acima de tudo, apropriação de cidadania; reconhecimento e ocupação de espaço político; bem como, conquistas efetivas de bem estar social.

Tal percepção torna assim o papel da educação e suas organizações nas cidades amazônicas, como elemento fomentador tanto de possibilidade de ascensão social, respondendo ao anseio individual por elevação de conhecimento e perspectiva de vida, como também, inclui a mentalidade de incorporar em seu conteúdo de formação a dinâmica do trabalho e da cultura local. Portanto, assim no conceito de desenvolvimento, para além das conquistas econômicas, o caráter da sustentabilidade como garantia da tradição cultural e dos rearranjos produtivos.

O município então, como esse território de encontro, de desenvolvimento de política e construção de cidadania, torna-se o referencial para que seja possível compreender a especificidade da dinâmica social da Amazônia - como expressão do urbano e do rural, do sujeito da cidade e do campo, de homens e mulheres que fundam sua existência e constroem um processo de vida e política na expressão de Feltran (2005), portanto, como arena de publicização de projetos e constituições de hegemonias que conformam anseios e, transformam projetos globais em dinâmicas próprias de populações e comunidades locais.

É neste contexto que se colocam os desafios das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado seja pela esfera federal, estadual e/ou municipal, que em geral seus objetivos respondem muito mais aos ditames das diretrizes globais do que às necessidades regionais, o que torna inócua a forma como são pensadas as ações públicas nos sistemas de ensino, ou seja, ao longo dos anseios e desafios das populações a que se destinam.

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Assim, as políticas voltadas para educação, em especial nos entes federados representativos nos municípios, estão muito mais incorporadas aos princípios definidos pelas necessidades de uma educação universal, da globalização econômica, do que respondendo ao desenvolvimento regional e seus arranjos produtivos locais. Os aspectos da cultura globalizante suplantam fortemente os elementos das culturas tradicionais deixando um vácuo na forma e no conteúdo da formação de homens e mulheres que habitam estes espaços.

Na análise das regulamentações o que se verifica no âmbito das políticas públicas em educação voltadas para os sistemas de ensino da Amazônia paraense são diretrizes e programas que se fundam em princípios norteadores de uma mentalidade centradas em um mundo urbano e industrial, que incorporam a formação dos indivíduos voltada ao comércio e formação de mão de obras para os grandes empreendimentos indústrias, deixando ao largo o universo cultural e o mundo do trabalho regional. Ou então definem processos formativos que se pautam em uma formação propedêutica de cultura geral que constroem uma visão de mundo distante do universo dos sujeitos que habitam esse território.

Portanto, cabe a referência de voltarmos o olhar para a escola e o universo educacional a partir de uma perspectiva outra, que está para além da perspectiva mesma reificada, tomando o lugar e as expressões locais como fundamento das ações educacionais, ou seja, mesmo que os currículos tenham em princípio, a unidade nacional e os ditames da economia global, eles precisam efetivamente referenciar o mundo próprio dos sujeitos que vivem e residem em outra dinâmica social, e que sejam capazes de dialogar e refletirem as necessidades apontadas no universo amazônico.

Cabendo então ao Estado e ao Município, superar esses ditames que até hoje norteiam os fundamentos das ações econômicas e educacionais que perpassam nas cidades da Amazônia paraense, dando ao processo de desenvolvimento das políticas sociais a ênfase nos princípios e conteúdos que reflitam as condições de desenvolvimento local. Portanto dialogando com os

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

agentes que fundam outros sentidos e que constroem a partir das práticas cotidianas sentidos outros as políticas públicas e sociais.

Assim, há necessidade premente de uma nova mentalidade que conceba o papel do Estado e da educação a partir de um lócus que possibilite a constituição de arenas políticas e expressão da cultura e dos processos econômicos e do mundo do trabalho próprios da vida e existência das populações amazônicas.

## 4. CONCLUSÃO

O artigo aponta a necessidade de olhar a Amazônia a partir de uma perspectiva outra, a partir de um novo enfoque, outra perspectiva teórica que torne capaz estudá-la tomando como referência o local, ou compreendê-la como um território que se constitui como arena de homem e mulheres que em seu cotidiano expressão vida, estabelecem poderes, funda projetos característicos de seu universo de cultura de mundo e de trabalho. Tomando o município ou a cidade a partir da referência e expressão da cultura Amazônica: de quilombolas, camponeses, pescadores e outros.

Sob essa perspectiva outra sinalizamos três dimensões para a consolidação desse novo olhar: A primeira se ancora na perspectiva de configuração do papel do estado e/ou de suas instâncias de poder envolvidos na teia própria do que convencionalmente se constitui sob a denominação de município, considerando que cada espaço, função de gestão é expressão de poderes e refletem a conjuntura política de projetos que se conflitam, onde os sujeitos envolvidos nesse ambiente determinam ações públicas, constroem empoderamentos e fundam processos de cidadania, portanto, um novo olhar nas definições das políticas públicas implementadas pelo estado, concebida para além dos sentidos globais que estruturam as diretrizes nacionais, devem refletir em sua perspectiva de desenvolvimento, o universo político, as demandas sociais e as injunções locais que determinam cultura e arranjos produtivos próprios de homens e mulheres que habitam esse espaço; a segunda dimensão se ancora na relevância da importância

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

de se compreender o papel das políticas educacionais nesse universo econômico e político que é a Amazônia paraense, que tradicionalmente, tem as políticas norteadas sob princípios e objetivos ancorados nas dinâmicas globais de um mundo urbano-industrial, cujas ações educacionais estruturam as práticas de ensino assentadas sob dinâmicas distantes da cultura e do universo econômico que envolve as populações tradicionais da Amazônia paraense. Tornando assim, suas metas e seus objetivos inócuos, fora das reais necessidades regionais, verificado nos sistemas públicos de ensino médio, por exemplo, de um lado uma formação propedêutica de cultura geral e de outro, o ensino profissionalizante de perspectiva científica e tecnológica fora dos arranjos produtivos locais, portanto, a necessidade urgente de se diagnosticar tais realidades e dar ao desenvolvimento das políticas públicas sentidos próprios, inseridos na cultura e no desenvolvimento econômico-social local; a terceira dimensão, não menos importante, se expressa na necessidade, de se articular outra compreensão que envolva a Amazônia paraense, o papel do estado, das políticas públicas, da educação e do ensino médio, a fim de compreendê-los em uma arena pública local, que envolve poderes, empoderamentos e formas alternativas de concepção de desenvolvimento social e econômico, salientando o papel da sociedade civil para além de seu papel de ações reivindicatórias, pois exercem, ou deveriam exercer, nesse espaço que é o município, força política de construção de hegemonias, seja na participação partidária da política local, em que seus membros disputam a governança do poder local, seja porque estabelecem outra ótica no papel do desenvolvimento das políticas públicas, colando em pauta, tanto na educação como na concepção de desenvolvimento econômico e social, a cultura e os arranjos produtivos locais, sob a defesa de outra base para o desenvolvimento regional, que seja: a sustentabilidade cidadã das populações tradicionais da região.

Assim, pensar, a partir do município uma forma outra de compreender a Amazônia paraense, as políticas públicas educacionais e o ensino médio a partir de suas características regionais é a base do entendimento e defesa deste texto que

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



problematizou o papel do Estado e da Educação na Amazônia paraense, ao conceber que emerge a necessidade de aproximação das realidades locais, das arenas que se constituem nos municípios ou nos lugares de expressão política outras formas de concepção das políticas públicas, de gestão social, que correspondam não apenas aos objetivos globais e de políticas de Estado, mas envolvidas em dinâmicas que pressupõem poderes, lugares, interesses e formas de vida alternativas; de homens e mulheres que pensam e se envolvem na política como forma e expressão pública. Portanto, o município como lócus ou lugar possível de compreensão da dinâmica Amazônica e paraense.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**; trad. Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer – 5ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991

BOBBIO, Norbert. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1992  
CASTRO, Edina m Ramos & FIGUEREDO, Silvio L. **Sociedade, Campo Social e Espaço Público**(org) Belém: NAEA, 2014

SOUSA, Alexandre C. S. **Políticas Educacionais na Amazônia: estado, democracia, sociedade civil e participação**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015

FICHER, Tânia. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**. São Paulo: Editora Casa da Qualidade, 2002

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da cultura**. 7ªed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a Política na Periferia: história de movimentos sociais em são Paulo**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005

MARX, Karl. **Manuscrito Econômico-Filosófico**. São Paulo: Nova Cultural, 1980

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Globalização e as Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## ÁGUAS AMAZÔNICAS: território epistêmico, político, demarcador do tempo, vidas e histórias

MARIA BÁRBARA DA COSTA CARDOSO

[barbara.costa@csfx.org.br](mailto:barbara.costa@csfx.org.br)

### RESUMO

Esta produção visa contribuir com reflexões e debates acerca da garantia do direito de acesso à água a partir de um movimento epistemológico decolonial que se constitui num processo contra hegemônico firmado nos saberes e nas dinâmicas das marés na Amazônia. Refletir as políticas públicas educacionais na Amazônia Paraense a partir dos Movimentos Sociais que colocam a água como reivindicação, quase sempre para a produção/reprodução da vida, de suas histórias e memórias. Utiliza-se a pesquisa com abordagem qualitativa e recorre-se a procedimentos metodológicos de pesquisa de campo e bibliográfica. Ressalta-se o território amazônico com destaque aos saberes construídos pelos povos originários, e discorre-se sobre a maestria do saber da própria natureza na resistência à colonização imposta pelos europeus.

**Palavras-chave:** Águas Amazônicas. Território Epistêmico. Políticas Públicas.

### SUMMARY

This production aims to contribute to reflections and debates about the guarantee of the right of access to water from a decolonial epistemological movement that constitutes a process against hegemonic established in the knowledge and dynamics of the tides in the Amazon. Reflect the educational public policies in the Amazon of Pará from the Social Movements that place water as a claim, almost always for the production/reproduction of life, its stories and memories. Research is used with a qualitative approach and methodological procedures of field and bibliographic research are used. The Amazonian territory is emphasized with emphasis on the knowledge built by the original peoples, and it is discussed about the mastery of the knowledge of nature itself in the resistance to colonization imposed by Europeans.

**Keywords:** MEP. Social Participation. Social Movement. Territory

## 1. INTRODUÇÃO

Refletir as políticas públicas educacionais na Amazônia Paraense a partir dos Movimentos Sociais que colocam a água como reivindicação, quase sempre para a produção/reprodução da vida, de suas histórias e memórias, torna-se fundamental, portanto, um pensamento crítico no âmbito do Direito e das Relações Sociais, haja vista a necessidade de refletir e agir no confronto de ações firmadas na

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

colonialidade do poder que silenciaram, saquearam, violentaram historicamente os povos e territórios amazônicos, como consequência, geraram exclusões dos processos de acesso às garantias de direitos essenciais.

Esta produção visa contribuir com reflexões e debates acerca da garantia do direito de acesso à água a partir de um movimento epistemológico decolonial que se constitui num processo contra hegemônico firmado nos saberes e nas dinâmicas das marés na Amazônia, oferecendo assim, respostas aos contínuos processos de hierarquização e escravização de direitos que continuam a ser inexecutáveis a partir de uma lógica perversa excludente e seletiva, mas que, pode apresentar alternativas inclusivas e autônomas, que atendam às necessidades endógenas, se contraponto portanto, não exclusivamente no foco dos resultados de movimentos hegemônicos do poder econômico, mas perpassa a dinâmica de vivências, história e saberes cercados por um movimento de direito das águas, que se desenvolve de forma sinérgica da natureza, ser humano e ancestralidade.

Segundo Bogdam e Bliklen (1994), a pesquisa vem proporcionar a subjetividade, desvelamento, desmistificação e interpretação do contexto, propiciando uma aproximação com a realidade de vida dos sujeitos, favorecendo a valorização das falas, do ouvir e dos espaços, criando significados num contexto de experiências a ser desvendado.

[...] os investigadores [...] em educação estão continuamente a questionar os sujeitos da investigação, com o objetivo de perceber aquilo que eles exprimem, o modo como eles interpretam as experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem (BOGDAM e BLIKLEN, 1994, p. 51).

O diferencial da pesquisa no campo educacional processa-se na especificidade que, de certa forma, possui caráter científico insubstituível, mas, como afirma Gatti (2002), na educação, a construção do conhecimento que requer um recorte deve ter características próprias disciplinares, o que a faz contribuir de maneira diferente das demais áreas do conhecimento.

Ressalta-se o território amazônico com destaque aos saberes construídos pelos povos originários, e discorre-se sobre a maestria do saber da própria natureza na resistência à colonização imposta pelos europeus. Citou-se Abaetetuba como ponto de circulação dos saberes e articulação no cotidiano dos povos amazônicos, com suas memórias, arte e cultura. As águas trazem a sapiência dos sujeitos, na dinamicidade dos Movimentos Sociais, como principais formadores e articuladores dos saberes do território das águas.

## 2. TERRITÓRIO DAS ÁGUAS AMAZÔNICAS: LUGAR EPISTÊMICO E POLÍTICO

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Rio-mar, o grandioso rio Amazonas, possui uma relação de circularidade na região da Amazônia Legal e de outros países. As águas recebem a função de transportar sedimentos provenientes de processos de erosão, responsáveis pela formação e transformação paisagística em todo trajeto do rio Amazonas. Segundo Junket. *al.* (2010), as águas, nas suas mais variadas cores: escuras, barrentas, claras (conforme sedimentação do solo), tem relevante potencial na contribuição para manutenção da biodiversidade, incluindo-se o ser humano. É considerado um solo fértil, rico em nutrientes, principalmente nos agroecossistemas de várzeas.

Nos estudos realizados por Nobre (2014), o rio-mar, em todo seu percurso, recebe diversas denominações, de acordo com cada território ou povoado. Ao adentrar no território brasileiro, passa a ser reconhecido como o rio Solimões até o encontro com o rio Negro. Ao percorrer em direção ao Baixo Amazonas, recebe, então, o nome de rio Amazonas, numa extensão de 2.921 (dois mil novecentos e vinte e um) km, até desaguar no oceano Atlântico.

No território do Rio-mar, Abaetetuba, Estado do Pará, passa por processos de desenvolvimento econômico, político e cultural que, apresenta maioria de sua população num quadro de extrema pobreza e direitos negados, frente às políticas públicas que não apresentam proposições de superação para o quadro de desigualdade social e econômica. Mostra uma população abaixo da linha da pobreza, perfaz um percentual de 77,43% do total da população de 160.100 (cento e cinquenta e sete mil e cem) habitantes (IBGE - Estimativa 2020). Observa-se que mais da metade da população residente no município encontra-se abaixo da linha da pobreza, principalmente aqueles que vivem na área rural, que é de 38,44%, situação que, de fato, afeta diretamente as condições de vida dos sujeitos do campo e cidade (PNUD, 2010).

O município é composto de uma geopolítica diferenciada: apresenta área de terras, estradas e ramais compostos de 46 (quarenta e seis) comunidades; na cidade (sede) têm-se 18 (dezoito) bairros, as chamadas ilhas do Baixo Tocantins e, especialmente, as de Abaetetuba, são trechos de terras formadas por matas de várzeas, igapós e florestas de terra firme, cercadas por uma densa rede hidrográfica de rios, igarapés e furos. As ilhas de água doce do município de Abaeté somam um total de 72 (setenta e duas) espalhadas, desde a frente da cidade, até os limites com os municípios vizinhos, organizadas geograficamente em 20 (vinte) ilhas maiores, situadas entre a margem esquerda da foz do rio Tocantins e o arquipélago do Marajó, 41 (quarenta e um) rios, 26 (vinte e seis) igarapés, 19 (dezenove) furos e 1 (uma) baía do Capim, conforme Silva (2017).

Dentre os inúmeros rios, igarapés, furos, baías, costas e ilhas de Abaetetuba, alguns são históricos e habitados desde os primórdios da história do município,

PROMOÇÃO



APOIO



onde estão estabelecidos os ribeirinhos, quilombolas, assentados e agricultores familiares. Os amazônidas vivem de diversas produções, entre elas, a pesca e extração do açaí. A população das Estradas e Ramais normalmente sobrevive da agricultura, da pecuária e da produção artesanal de farinha de mandioca e outros. Na cidade, sobressai o trabalho do comércio, funcionalismo público e empresas privadas.

O território das águas amazônicas apresenta-se como uma região extremamente complexa e diversificada, como sustenta Porto-Gonçalves (2019):

A Amazônia é, sobretudo, diversidade. Em um hectare de floresta existem inúmeras espécies que não se repetem, em sua maior parte, no hectare vizinho. Há a Amazônia da várzea e a da terra firme. Há a Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de águas pretas. Há a Amazônia dos terrenos movimentados e serranos do Tumucumaque e do Parima, ao norte, e a da serra dos Carajás, no Pará, e há a Amazônia das planícies litorâneas do Pará e do Amapá. Há a Amazônia dos cerrados, a Amazônia dos manguezais e a Amazônia das florestas (p. 9).

“Há várias amazônias dentro da Amazônia, até contraditórias entre si”, (PORTO-GONÇALVES, 2019, p. 10), notabiliza ainda que, no contexto social e das ciências prevaleçam visões sobre a Amazônia e não visões da Amazônia e, mesmo quando se fala de visões da Amazônia, não são a partir dos amazônidas, do povo que fala do seu lugar, de seu território.

As águas são exploradas, de maneira austera, desde a invasão do território em águas brasileiras, nos anos de 1500. Segundo Loureiro (2002), o primeiro europeu a chegar no território amazônico, o espanhol Vicente Pinzon, percorreu a foz do Amazonas e ficou perplexo vendo a pororoca, e maravilhado com as águas doces do mais extenso e mais volumoso rio do mundo. Sua viagem marcou o primeiro choque cultural e o primeiro ato de violência contra os povos da Amazônia: Pinzon aprisiona índios e os leva consigo para vender como escravos na Europa.

Os primeiros conquistadores e colonizadores não se conformaram em ver aquela terra, que lhes parecia ser o paraíso terrestre, ocupada por povos que julgavam bárbaros, primitivos, rudes, preguiçosos e, possivelmente, desprovidos de uma alma! (LOUREIRO, 2002, p. 189).

A autora contribui com a ressignificação da história de origem da Amazônia, ao ressaltar atos de violência, que prevalecem desde os primeiros séculos da colonização, aos governantes, políticos, exploradores e investidores de empresas nacionais e multinacionais. Salienta que se tem na história da Amazônia o penoso

#### PROMOÇÃO



#### APOIO





registro de um enorme esforço para modificar aquela realidade original. Portanto, historicamente, trata-se de uma tentativa de domesticar o ser humano e a natureza da região, moldando-os à visão, à expectativa de exploração dos europeus.

Corrêa (2007) destaca que a Amazônia é alvo do grande capital via investimento para exploração de recursos naturais, em que grandes projetos de exportação, de forma devastadora e perversa, têm sido implementados por grandes empresas, respaldadas por grupos de interesses econômicos e políticos, estabelecendo-se o chamado “mercado da água” ou Hidronegócio. Altos investimentos se potencializam na Amazônia. No uso e de significação do território das águas, destaca o autor:

Esse potencial hídrico é visto pelo grande capital como um enorme potencial energético para alimentar a exploração, a extração e produção da cadeia diversa de minérios pelas indústrias de eletrointensivos. Aqui, os projetos das grandes barragens são colocados na ordem do dia pelo grande capital local, regional, nacional e global. Mas, esse mercado é, também, cobijado por outras atividades produtivas, como as grandes empresas de água mineral e de abastecimento de água e de tratamento de esgoto, criadas com a privatização (CORRÊA, 2007, p. 222).

Corrêa (2007) incide que o potencial hídrico da Amazônia e a geopolítica da guerra pela água, de fato, é um novo aspecto que toma relevância no mundo contemporâneo. Reitera-se que a situação de exploração, choque cultural, violência e perdas de conhecimentos culturais foram alguns fatos que causaram marcas e continuam devastando a vida dos sujeitos amazônidas. Saberes que foram ocultados, silenciados pelos povos europeus desde 1.500 e que continuam disseminados, na prática, por diversos grupos que têm interesse econômico e político, explorando riquezas e territórios da Amazônia, salienta Mignolo (2003).

Então, a Amazônia também é um patrimônio de conhecimentos desenvolvidos com essas condições de vida, e com os quais os sujeitos amazônidas travam diálogos. Ratifica-se então que, o legado colonial da Amazônia inclui os conhecimentos gerados pelos próprios sujeitos, inclusive sobre as águas.

É no território das águas da Amazônia Paraense, junto aos Movimentos sociais que se incorpora a água como questão epistêmico-política, como bem frisa Porto Gonçalves em entrevista à Revista Perspectiva Geográfica (2020),

Tudo indica que o planeta como um todo começa a dizer, tanto ecológica como politicamente, que o local já não é isolável, tal como o foi durante o período áureo do colonialismo e do imperialismo clássicos. A água não podia ser tratada separada da vida, o que

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

colocava em xeque a divisão do trabalho científico, onde a água está associada às ciências naturais (p. 03).

A água é visibilizada pelo mercado econômico como recurso explorável e vendável, bem como estudada cientificamente em seus estados físicos como objeto das ciências naturais. Na tentativa de se romper essas barreiras epistêmicas que o tema/a questão da água se coloca a partir de outras perspectivas no território amazônico, o que implica dizer que se apresentava como questão epistêmica, política e de território ao mesmo tempo. Portanto, é por meio da dinâmica dos Movimentos Sociais, que a água e seu território passam a ser cruciais como condição da vida por aportarem saberes, vivências, histórias, conhecimentos -outras epistemes - que não comportam separação ser humano-natureza-sociedade, esses se entrelaçam.

A água, para os amazônidas, representa sua própria vida, que está diretamente ligada às águas. Definem-se, com muita propriedade, como o “povo das águas”. Os rios, igarapés, lagos, furos e igapós são suas trilhas, travessas, ruas e estradas e, ao mesmo tempo, a maior fonte de sua subsistência, via o pescado e alimentos. O movimento das águas que se faz de forma dinâmica, ou como se conhece, regime das águas, é caracterizado por meio das enchentes e das vazantes, da diversidade das marés que norteia a vida na região, que, de fato, normatiza o ritmo de vida das populações que moram nas suas margens.

O rio é presenciado em suas múltiplas significações “O rio é rua, o meio de transporte, espaço, lazer, fonte de alimentação e lócus de trabalho, demarcando, também, espaço de desigualdades no desenvolvimento das práticas sociais” (SANTOS, 2009, p. 4). Os sujeitos das águas produzem a sua história, constroem suas noções de natureza e imprimem nela a sua marca, que se passa numa atividade dialética, dinâmica, conseqüentemente, reflexiva na elaboração de ideias e práticas que se realizam sobre suas produções. Martins (2007, p. 23) discorre que:

[...] a crônica das relações entre os homens e a natureza é lida na própria paisagem, nas águas e nas barrancas dos rios, nas cicatrizes que cortam a superfície da terra, nas trilhas e clareiras que interrompem o verde da floresta.

Percorrendo o rio, observa-se as embarcações rio abaixo e rio acima, ora em direção à cidade, ora em direção a outros rios e igarapés, assim como, com robustas paisagens, troncos de árvores passando sob as águas, e outros objetos não identificados. Esses fatos demonstram que as águas não são inertes. Elas são acopladas às diversas relações. Em nenhum momento podem ser estudadas e

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

referenciadas isoladamente dos demais seres que lhes fortalece. A água é vital e é a própria vida dos amazônidas.

Os povos do campo, das águas e florestas se recriam constantemente. Saberes que os povos amazônidas vivenciam no seu dia a dia foram resguardados e valorizados como identidade de vida, história e cultura. A exploração das águas e de investimentos de empresas com devastação do território e dos povos são ameaçadores. Essas e outras situações impactam e motivam a problematizar o território educativo das águas.

E no território das águas se manifesta a episteme dos sujeitos das águas – conhecimentos vindos dos povos originários da Amazônia que enfrentam o sistema perverso do capital financeiro global, conforme suas estratégias e negociações na garantia de seu modo de ser e viver. No entanto, os conhecimentos providos dos povos das águas, das florestas, das matas, são ocultados, silenciados e, principalmente, sofrem o epistemicídio enfatizado por Santos (2009). E nessa travessia pelas águas e vidas amazônicas, em busca de novos conhecimentos, foi necessário desatracar correntes e amarras, engessadas pelo tempo de submissão de uma educação opressora.

Ao se reverberar sobre o conhecimento de matriz de domínio, a Europa, como mentora das grandiosas viagens às novas terras e mares, se autoafirmou como o centro do mundo, dos saberes, da cultura, assumindo, em pleno século XVII, a transformação da ciência como única forma de conhecimento válido; foi argumentada, em parte, pela crescente ascendência do capitalismo e das potencialidades de transformação social, que se traduzia em desenvolvimento tecnológico. Postura essa, a passar por questionamentos de vários pensadores, que apresentavam debates críticos em relação aos domínios de territórios e de povos, submetendo-os ao poder e interesses dos europeus.

A supremacia do processo de formatação do conhecimento universal, tão bem cunhado pelos europeus, se viu questionado diante dos conhecimentos diversos existentes nesses países colonizados, propiciando uma crise epistemológica da ciência moderna. Essa crise teve como resultado um debate interno no campo da ciência, que se abriu para um diálogo articulado com outras formas de saber, momento esse fortalecido com contribuições de vários pensadores latinos e/ou que se identificavam com as propostas epistemológicas do sul.

Entre eles, Quijano (2002) apresenta a ideia de colonialidade na imposição de um sistema de classificação hierárquica de conhecimentos, espaços e pessoas. Momento de centralização da e para a Europa. Segundo o autor (2000), a colonialidade vai além dos períodos históricos de colonização política e se refere a situações de opressão diversas.

PROMOÇÃO



APOIO



Para Quijano (2005)

[a] elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado (p. 19).

Dessa forma, o eurocentrismo é definido como sendo uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento, que se torna mundialmente a única forma de se pensar, que implica dominação política e exploração econômica do colonizador sobre o colonizado, reproduzindo mecanismos de dominação e exclusão.

Santos *et.al.* (2005) discorre que o procedimento de sustentação da ciência, como unidirecional de conhecimento válido no século XVII, foi um processo longo e controverso, permeado por diversos fatores, dentre esses: questões econômicas, políticas e epistemológicas. O que de fato se argumenta, é que a ciência foi submetida em desfechos sob a chancela de única forma de conhecimento válido, enquanto os saberes tradicionais, locais e populares foram colocados à margem, sendo, inclusive, desprezados e estigmatizados. Além de que, para se ter respaldo como conhecimento válido, a ciência teve que envolver a transformação dos critérios de validade do saber em critérios de cientificidade do conhecimento, desconsiderando, assim, as relações sociais, de onde surgem as diferentes práticas sociais.

O domínio europeu fortaleceu as investidas na exploração comercial, extraíndo recursos e dominando povos por muitos séculos. Destaca-se o século XIX, momento em que o conhecimento científico possibilitou uma relação de poder ideológico, legitimador da subordinação dos países periféricos e semiperiféricos, inclusive para o estabelecimento da colonização dos países asiáticos, africanos, bem como, os latinos. Para Mignolo (2003), a América Latina foi a primeira vítima do colonialismo, sujeitada ao modelo de exploração do capitalismo imperial, que se estendeu para o mundo. Logo, a história da América se difere da história indiana ou de outros países colonizados, segundo o autor.

O processo de constituição da América, que se fez de forma invasora, não somente nos territórios, mas na vida e cultura de seus primeiros povos, as diversas formas de exploração e controle do trabalho, ocorreu articulado no fundamento dos eixos do capital (relação salário-capital) e o mercado global. Com isso, insere-se o processo de servidão, da escravatura, exploração de menores, dos pequenos agricultores, das pequenas produções mercantis. Nesse contexto, permeado por um novo padrão global de fiscalização do trabalho, gerenciado pelo propósito do capital,

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

tornou-se fundamental para a recente configuração do padrão de poder econômico, político e cultural.

O ano de 1848 marca, portanto, um caráter objetivamente progressista do capitalismo. Nesse período, o conhecimento é limitado pela burguesia para algumas finalidades, impossibilitando o acesso do proletariado ao que o mundo moderno estava disposto a proporcionar (SOUSA, 2013, p. 3).

Tendo a Europa como centro do mundo e do conhecimento, acomete a ideia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório, que se desagua na culminância da civilização europeia ou ocidental. Do referido mito, origina-se a versão eurocêntrica, sustentando-se na ótica evolucionista em que a dinâmica de movimento e de mudança vêm de forma unidirecional e unilinear da história da humanidade. Essa concepção favorece o processo de colonização interna, no caso, na Europa, argumentada por Quijano (2005), que se deu com povos que possuíam identidades diferentes, mas que habitavam o mesmo território e que se submeteram à dominação interna.

No cômputo desses estudos, Quijano (2000), ao fazer referência a uma estrutura de poder particular do domínio colonial, a qual foram submetidas às populações nativas, a partir de 1492, e que ainda persiste após a independência, ratifica que a colonialidade seria a outra face da modernidade, seu lado negativo, obscuro. “Raça, gênero e trabalho foram as três instâncias de classificação, ao mesmo tempo, constituintes do capitalismo mundial moderno/colonial” (QUIJANO, 2000, p. 343).

Como sublinha o autor, no conhecimento, o que se visa é um diálogo que supere a colonialidade do saber e do poder, que se respaldam num caráter de desigualdades e injustiças sociais profundas do colonialismo e do imperialismo, munidos de uma epistemologia do eurocentrismo, que engessa e nega a compreensão de mundo, de ser humano, de natureza, de território em que se vive e se constroem histórias, inclusive da constituição de suas próprias epistemes. O autor propõe a teoria da colonialidade do poder, dizendo que não só as elites econômicas da NuestraAmerica perpetuam uma visão eurocêntrica sobre nós mesmos, mas também a elite intelectual. Logo, esclarece Quijano, (2014) que, para as elites das nações colonizadas, a cultura europeia adquiriu uma imagem mistificada, que seduz porque dá acesso ao poder.

A europeização cultural se converteu em uma aspiração. Era um modo de participar do poder colonial. Mas também podia servir para destruí-lo e, depois, para alcançar os mesmos benefícios materiais e o mesmo poder que os europeus, para conquistar a natureza. Enfim,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



para o “desenvolvimento”, a cultura europeia passou a ser um modelo cultural universal (QUIJANO, 2014, p. 61).

Empreende-se que, se por um lado, os defensores da colonização veem nela uma incontestável ação civilizadora de aquisição de conhecimentos, riquezas e prosperidades, é certo que, por outro, ela acarretou, de forma perversa, o desaparecimento de importantes culturas, identidades, territórios e a sujeição de numerosos povos às necessidades e interesses coloniais. E o mais agravante, a degradação social e econômica de muitos povos, entre tantos, os amazônidas.

Para compreender o território das águas amazônicas como espaço social, a concepção de Lefebvre (1974) ressalta que cada sociedade produz um espaço, o seu. E que, por meio de suas histórias, de suas relações de trabalho, e da natureza, constitui-se então, o território. Para o autor (1991), o espaço social contém uma diversidade de objetos, tanto naturais como sociais, incluindo redes e vias que facilitam a troca de materiais, coisas e informações. Assevera-se, então, que o território são as relações e é dialético, que ocorrem nos processos sociais, econômicos e culturais, em cada período histórico, integrando os fundamentos da atividade humana.

O *habitat* do território das águas requer que seja traduzido no sentido mais global do ciclo social das águas, além de apreender esses territórios epistêmicos como territórios fronteiriços, isto é, da subjetividade, das relações, da interação entre seus sujeitos, entre fronteiras de descobertas, de criação, de conhecimentos que, diretamente, fazem parte de um regime das águas, e que por isso, a epistemologia demanda metodologias que correspondam ao objeto pesquisado que se insere nessas águas.

Repensar o território das águas como lugar episteme e político norteado de saberes dos seus sujeitos nos leva destacar autores que questionaram a dominação hegemônica em contraponto ao conhecimento universal, apresentando perspectivas de resistência com as contribuições sobre colonialidade/descolonialidade, r-existência e resistência amazônica.

Ao se firmar o foco no contexto amazônico, atravessado pelos saberes das águas, se abre o diálogo entre e com os sujeitos, a despeito da produção do conhecimento que domina a educação institucionalizada que se constitui na relação do sujeito sobre o objeto, logo, muito mais do que se produzir discursos, marca-se o território do poder. Todavia, ao buscar uma nova perspectiva de conhecimento, a relação de domínio sujeito-objeto é rompida e se propõe uma episteme na relação intersubjetiva, como pontuada por Mignolo (2004).

O autor reitera que “por isso, mais do que resistência, o que se tem é R-existência, posto que não se reage, simplesmente, à ação alheia, mas, sim, que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



algo pre-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo” (MIGNOLO, 2004, p. 215).

A Amazônia é r-existência e resistência, assevera Porto-Gonçalves (2001b):

As populações indígenas e camponesas são portadoras de um acervo cultural extremamente rico, assim como de um enorme conhecimento a respeito da biodiversidade das florestas e demais ecossistemas e, por isso, se constituem em importantes protagonistas para o desenvolvimento de tecnologias de ponta, como a biotecnologia, exatamente num momento em que o conhecimento se torna um dos principais trunfos para o futuro (p. 21).

A Amazônia tem a magnitude de seu bioma, hidrografia e diversidade de recursos. Apesar de toda exploração perversa, invasora, ela r-existe. Segundo Porto-Gonçalves (2017), a Amazônia cria possibilidades de superação do padrão de poder e de saber, fundado na ideia de “dominação da natureza”, que levou a região com os seus sujeitos a um colapso ambiental. Uma das superações são as funções do metabolismo específico amazônico, em prol do metabolismo do planeta, além de r-existência, de superação, de se refazer das múltiplas matrizes de conhecimentos que seus povos/etnias/nacionalidades referendam nas relações de convivência com as condições materiais da vida (terra, água, sol, vida).

Resistência foi caracterizada por estarmos num território de muito conflito, disputa, domínio, relações de poder. E pensar resistência nesse território das águas não é só defesa da própria água, mas é garantia das condições dignas de sobrevivência, de respeito à diversidade, aos seus sujeitos, à natureza, às ancestralidades, aos homens e mulheres amazônidas.

A resistência, campo de proposições, como corrobora Mignolo (2003), que transforme as diferenças em possibilidades de construção de novas relações com os conhecimentos, saberes e valores. Assegura ainda o autor, que se leve em conta as cosmologias dos sujeitos, sua ancestralidade, suas memórias sobre seu local de vida, sobre o ambiente natural a preservar, sua cultura, além da ciência e da técnica, logo, dando vez a um saber que insurja da subalternidade.

Compreendeu-se então, em conformidade com o pensamento do materialismo histórico-dialético, que o ser humano está em constante transformação, porque modifica a natureza, e essa capacidade, que somente ele possui, materializa sua humanização. O processo dinâmico de transformação é histórico, pois a transformação da natureza é também a transformação de si mesmo. No contexto das águas amazônicas, os sujeitos buscam escrever suas histórias, a partir de suas vivências, de seus saberes. Os amazônidas, ao se

PROMOÇÃO



APOIO





reconhecerem como seres históricos, cada um na sua especificidade, têm como referencial o protagonismo dos sujeitos que, no processo de resistência, enfrentam, por meio do coletivo, a defesa do território das águas, os descasos de governos, ao capitalismo, desvalorizações, desumanização dos povos e de seus conhecimentos. Portanto, os povos das águas transgredem as culturas impostas, e, em meio aos seus próprios saberes, criam estratégias de resistências.

### 3. CONCLUSÃO

Reitera-se que o Estado tem a obrigação de garantir a efetividade do direito ao território das águas. Logo, o direito dos povos tradicionais e indígenas não se restringe ao manejo dos recursos naturais renováveis da floresta e ao uso da terra. Os sujeitos das águas têm o direito de usufruir d'água e da fauna nela existente. Para os amazônidas que vivem cotidianamente na relação com os rios, a água é sua vida, sua natureza, a via natural de locomoção, local de seu sustento, espaço lúdico e do divino, desprovido de valor econômico, mas, essencialmente, seu modo de ser e viver.

O território educativo das águas firmado nos saberes, vivências e histórias do povo, vem fortalecer o tipo de educação condizente com a realidade dos sujeitos das águas. Pensar esse território onde o que se vive, se produz e se constrói de conhecimento que provém da convivência e experiências com os sujeitos das águas.

O território das águas resulta em múltiplos processos educativos e interculturais, novas formas de subjetividade, de conhecimentos, saberes e sujeitos pensados e compreendidos, a partir de suas relações de trabalho, de seu uso, de sua vivência e das territorialidades que dele provém, bem como da interrelação com a natureza e com o espírito, e das estratégias de r-existência e resistência que dialogam com os coletivos e cotidiano do modo de vida das comunidades dos territórios das águas.

Essas categorias se firmam a partir das vozes dos sujeitos que, por meios estratégicos, fazem o processo educativo das águas num território da diversidade e diferenciação como campo de luta e resistência a uma educação dominadora colonial, que, até então, se perpetua principalmente na Amazônia.

Ao abordar os saberes dos sujeitos das águas, nas suas experiências de vida e trabalho, é cabível discutir o saber relacionado com a história, com o conhecimento e com a vida desses sujeitos. Conseqüentemente, é cabível no processo de episteme política, levar em consideração o contexto dos sujeitos e saberes significativos, que se propagam a partir de diversos fatores humanos, que envolve o afetivo, o social, o cultural, o histórico e o político, que se interagem no



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

processo de interdependência e de travessias. Enfim, a re-existência e Resistência do povo amazônico se sustenta no processo coletivo de diálogo, de reivindicações e lutas pela água, matas e florestas, transgredindo a epistemecolonizadora, historicamente imposta, firmando-se então, a epistemologia a partir da dinâmica das marés, que move vidas, saberes e culturas dos povos amazônicos.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, SariKnopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

CORRÊA, Sérgio R. M. Educação Popular do Campo e Desenvolvimento Territorial na Amazônia: A territorialidade do campo como «espelho» de projetos conflitantes e contraditórios. *In: Educação Popular do Campo e Desenvolvimento Territorial na Amazônia: Uma leitura a partir da Pedagógica do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)*. João Pessoa: Dissertação de Mestrado, 2007.

GATTI, Bernadete Angelina. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002.

IBGE. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação/2020**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), 14/04/2020, às 12h.

JUNK, J. W. *et al.* Ecophysiology, Biodiversity and Sustainable Management of Central Amazonian Floodplain Forests: A Synthesis. *In: JUNK, W. J.; PIEDADE, M. T. F.; WITTMANN, F.; SCHÖNGART, J.; PAROLIN, P. (Eds.). Amazonian floodplain forests: ecophysiology, biodiversity and sustainable management*. Editors. Springer Science, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LOUREIRO, Violeta R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, v.16, n. 45, p. 107-121, 2002.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio ambiente**. São Paulo: Annablume; Fac. Pedro Leopoldo, 2007.

MIGNOLO, Walter. **La Idea de América Latina. La Herida Colonial y La Opción Decolonial**. Gedisa Editorial, 2003.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

NOBRE, A. D. **O Futuro Climático da Amazônia**: relatório de avaliação científica. Articulação Regional Amazônica – ARA. São José dos Campos: CPTEC/INPE, out. 2014. 42 p.

PNUD. Notícias: **fome afeta 90% das comunidades quilombolas**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=907&lay=rac>. Acessado em: 10 abr. 2017, às 21:08.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O Latifúndio Genético E A R-Existência Indígenocampesina**. Universidade Federal Fluminense, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 2ª.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. 1. Ed. Rio de Janeiro. Consequência Editora, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Modernidad y democracia: intereses y conflictos. In: **Anuario Mariateguiano** (Lima) Vol. XII, Nº 12, 2000.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social en journal of world-systems research**. Festschrift for Immanuel Wallerstein. Part I, Vol II, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Argentina: CLACSO, 2005. p. 227-278.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e classificação social. In: MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidad y democracia: intereses y conflictos. In: **Anuario Mariateguiano**(Lima) Vol. XII, Nº 12, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Colonialidad del poder y clasificación social en journal of world-systems research. Festschrift for Immanuel **Wallerstein**. Part I, Vol II, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2014 p. 84-144.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). *et al.* Introdução para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de S. **Semear outras soluções**: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto-PT: Afrontamento, 2004.

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência.** São Paulo, Cortez, 2005.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). Para Além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, A. L. L. Estado e Educação Pública: tendências administrativas e de gestão. *In*: OLIVEIRA, D.A.; ROSAR, M. F. F. (Orgs.). **Política e gestão da escola.** p.91-105. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

## PROMOÇÃO



## APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## POLÍTICA EDUCACIONAL DE ENSINO MÉDIO EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ: análises de algumas efetivações

Maria do Socorro Vasconcelos Pereira

[vasconcelosmariadosocorro67@gmail.com](mailto:vasconcelosmariadosocorro67@gmail.com)

### RESUMO

O artigo tem como objetivo socializar algumas efetivações das políticas educacionais de Ensino Médio (EM) em municípios do Baixo Tocantins e do Vale do Acará, no estado do Pará, cujas análises decorrem de problematizações sobre EM realizado nessas regiões, que permitem compreender a materialização das políticas na realidade paraense. Por meio da pesquisa bibliográfica, documental e empírica de dados oficiais sobre a oferta da etapa nessas localidades, realizadas pelo Grupo de Pesquisa GEPESSD, considerando o período de 2015 a 2021, foram identificadas que as ações têm sido historicamente referendadas por fatores como a filantropia, protelação, fragmentação e improvisação, evidenciando como esses elementos impactam nos índices educacionais dos municípios analisados, os quais são alterados de modo lento e não demonstram continuidade de ação pública capaz de garantir estruturas adequadas, para que os jovens possam ter condições reais da finalidade legal do EM.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais. Ensino Médio. Territórios paraenses.

### ABSTRACT

The article aims to socialize some effects of educational policies on Secondary Education (HS) in municipalities of Baixo Tocantins and Acará Valley, in the state of Pará, whose analysis stems from issues about the HS performed in these regions, which allow understanding the materialization of policies in the reality of Pará. Por meio da pesquisa bibliográfica, documental e empírica de dados oficiais sobre a oferta da etapa nessas localidades, realizadas pelo Grupo de Pesquisa GEPESSD, considerando o período de 2015 a 2021, foram identificadas que as ações têm sido historicamente referendadas por fatores como a filantropia, protelação, fragmentação e improvisação, evidenciando como esses elementos impactam nos índices educacionais dos municípios analisados, os quais são alterados de modo lento e não demonstram continuidade de ação pública capaz de garantir estruturas adequadas, para que os jovens possam ter condições reais da finalidade legal do EM.

**Keywords:** Educational Policies. High School. Territories of Pará.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação se configura como um instrumento essencial para a formação do pensamento crítico, uma vez que possibilita ao sujeito conhecer, compreender, resistir e lutar por seus direitos, algo que a torna imprescindível para a constituição

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



do homem em sociedade. A esse respeito, é possível fazer eco às ideias de Vale, para quem

A educação é uma das estratégias concretas de acordo com a qual o homem pode se desenvolver plenamente, porque é a partir dela que poderá conseguir outros direitos, como saúde, saneamento, cultura e lazer condizentes com uma realidade de vida digna numa sociedade capitalista (VALE, 2022, p. 25).

Nessa compreensão, todo ser humano necessita de educação em sentido amplo, em um processo que vai para além do ensino formal da escola. Por exemplo, é necessário que a população-alvo possa identificar-se com o meio no qual está inserida, a fim de que consiga se reconhecer como sujeito(s) de direitos e deveres numa dada sociedade.

Nessa perspectiva, o Ensino Médio (EM), por meio da aprovação da Emenda Constitucional Nº 59/2009 tornou-se escolaridade mínima obrigatória, alterada de 14 para 17 anos de idade. Na Lei Nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi definido como última etapa da educação básica, que tem como finalidade consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, preparar o educando para o trabalho e o exercício da cidadania e aprimorar o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, com possibilidade de, ao ser atendida a formação geral, também possa preparar os estudantes para profissões técnicas.

A concepção de ensino médio definida pelo Documento Curricular do Estado do Pará (DCEPA, 2018), com vistas a se contrapor a perspectiva historicamente instaurada no Ensino Médio, a partir da dimensão socioeconômica neoliberal, que reduz a formação do jovem exclusivamente aos conteúdos voltados a lógica do capital, aos exames de acesso à Educação Superior e a racionalidade instrumental para o mercado de trabalho centrada em competências para empregabilidade se pauta por “[...] uma formação humana integral do indivíduo, tendo os jovens como sujeitos históricos e protagonistas, a partir de um currículo integrado entre o intelectual e o técnico-profissional (DCEPA, 2021, p. 61).”

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Com base nessa premissa de Ensino Médio o texto comporta resultados parciais da pesquisa sobre Ensino Médio denominado “Políticas Educacionais no Ensino Médio: Um estudo das políticas do estado paraense e seus impactos na formação das escolas públicas nas cidades e no campo da Amazônia Tocantina e Vale do Acará”, cujo objetivo é analisar o desenvolvimento das políticas públicas educacionais de Ensino Médio desenvolvidas pelo estado paraense e suas influências nas escolas públicas das cidades/municípios das regiões do Baixo Tocantins e Vale do Acará, com parte dos resultados apresentado no XIII Fórum Internacional de Pedagogia (FIPED), em 2022. Esse estudo foi atualizado pela pesquisa atual denominada “Políticas Educacionais, Estado e Juventude: um estudo sobre os elementos fundantes da política e sua reconfiguração no Novo Ensino Médio na política educacional do estado paraense”, cujo Projeto tem como objeto de estudo as políticas em educação voltadas para o Ensino Médio na Amazônia Tocantina e Vale do Acará, continuidade do Projeto anterior, no entanto, busca neste, momento, rediscutir os elementos fundantes da política educacional de Ensino Médio, reconfigurada pelo Novo Ensino Médio e seu reflexo na formação da juventude, efetivada a partir do processo de implantação do regime de tempo integral estabelecido pelo Estado Nacional, porém, refletidos nas ações dessa política, desenvolvida pelo estado paraense nos municípios da região tocantina, na cidade e no Campo, desenvolvido pelo GEPESEED<sup>1</sup>.

Assim, o texto busca analisar os impactos das políticas educacionais do Pará na formação dos estudantes de Ensino Médio nos municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju e Tomé-Açu, nas regiões do Baixo Tocantins e do Vale do Acará, problematizado a partir do referencial teórico crítico-dialético, cujo objeto de estudo focaliza a escola pública de Ensino Médio que recebe alunos da periferia da área urbana e do campo, ou seja, a focalização busca delinear um panorama sobre as implicações das políticas educacionais para um público

<sup>1</sup> Grupo de Pesquisa e Extensão Sociedade, Estado e Educação: ênfase nos governos municipais e na Educação do Campo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

específico, o qual historicamente não é beneficiado na lógica de reconhecimento da realidade concreta dos sujeitos.

Na esteira dessas premissas, o artigo tem por objetivo analisar o papel da política educacional, bem como da escola de Ensino Médio nesse espaço formativo. Dessa forma, levamos em conta a ideia neoliberal que fornece as bases das políticas no Brasil desde os anos 1990 e que permaneceu presente nos governos subsequentes até os dias atuais. Resulta relevante, portanto, lançar um olhar mais atento para o processo de ensino na rede pública, na medida em que buscamos mostrar a realidade relativa ao estabelecimento, à estruturação e aos procedimentos das políticas desenvolvidas nos espaços públicos institucionais.

Considerados como território de encontro, de desenvolvimento de política e construção de cidadania, os municípios tornam-se o referencial para que seja possível compreender a especificidade da dinâmica social do estado paraense. Isto nos levou a problematizar o papel das políticas públicas educacionais voltadas para essa etapa de ensino, desenvolvidas no Pará, nas regiões identificadas. A partir disso, a ideia é compreender qual o seu reflexo na formação dos alunos nos municípios estudados – em interface com a diversidade existente nesses territórios, tanto porque têm demandas e peculiaridades locais, quanto porque sofrem com deliberações exógenas, como as políticas de âmbito federal que se materializam no local.

Dessa forma, o artigo está estruturado em três partes: a introdução, que explicita a configuração do objeto; a seção dos resultados, constituída de reflexões sobre parte dos estudos do GEPESEED sobre as políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio, bem como das análises sobre os dados de matrículas e rendimento dos estudantes dessa etapa educacional; e as conclusões, com os principais achados dessa incursão sobre o fenômeno problematizado. Percorrendo o caminho de reflexão e análise, fizemos uso da pesquisa bibliográfica e documental, que buscou relacionar os textos trabalhados durante o período de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

pesquisa ao material relacionado às políticas educacionais, a fim de melhor compreender os conceitos de política, políticas educacionais e Ensino Médio.

A pesquisa bibliográfica e documental comportou a análise das obras de autores como, Saviani (2020), Pereira (2020), Vale (2022), entre outros e a pesquisa documental comportou o estudo de legislações em nível nacional, como: a Constituição de 1998; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Portaria nº 1.570/2017; e o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014. Em nível regional, verificamos documentos como a Constituição Estadual do Pará de 1989; o Plano Estadual da Educação (PEE), Lei nº 8.186, de 23 de junho de 2015; além das mensagens do governo estadual no período de 2015 a 2019, referentes à área da educação e com foco no Ensino Médio.

A pesquisa complementou a análise do entendimento teórico-legal com dados coletados do Observatório do Criança Adolescente (FUNDAÇÃO ABRINQ, [20--]), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (BRASIL, 2020) e de outros documentos oficiais que ajudaram compilar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), os números de matrícula, as taxas de aprovação, as taxas de reprovação, as taxas de abandono e as taxas de distorção idade-ano dos estudantes do Ensino Médio e consolidar a compreensão da forma como as políticas educacionais estão sendo efetivadas, influenciam e moldam as realidades e a formação dos jovens paraenses.

## 2. A POLÍTICA EDUCACIONAL DE ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARÁ

A política educacional na era contemporânea vem sendo marcada por limitações, a exemplo de como Saviani (2020, p. 2, grifo nosso) explica que “a política educacional brasileira desde o final da ditadura [1985] até os dias de hoje se apresenta com características condensadas nas seguintes palavras: *filantropia, protelação, fragmentação e improvisação*”.

Nesse contexto, a filantropia diria respeito à omissão do Estado em consonância com a ideia do Estado mínimo, de modo que a educação passa a ser

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



um problema da sociedade e do governo, e não um dever do Estado, sendo transformada em questão social a partir de interesses de uma classe dominante. Vale (2022) destaca que a filantropia passa a ser um negócio socialmente lucrativo, porque o setor privado e demais segmentos compartilham com o Estado a forma de fazer política, num processo de subordinação do público ao privado.

A protelação significa o adiamento do combate a um problema, como ocorre ao longo da história da política educacional, em especial, no Ensino Médio. Nossa análise é de que a protelação se reafirma em função das possibilidades de troca de governo a cada quatro no Brasil, o que faz com que as ações não se tornem uma política de Estado.

A fragmentação, por sua vez, é constatada pelas medidas criadas ao longo do tempo e que não tiveram continuidade, tornando-se ineficientes para criar um sistema educacional de qualidade socialmente referenciada para o país, sobretudo, além do viés dos índices. Com isso, foi sendo fomentada a improvisação, a qual se manifesta na rapidez da resolução de problemas – como se, para cada problema, fosse criado um mecanismo legal específico de solução, não havendo na maior parte dos casos um efeito equivalente, permanente e que observe a totalidade do fenômeno, como na própria política do Ensino Médio brasileiro.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que as políticas educacionais brasileiras estão permeadas de fragilidades e incertezas, não sendo eficientes ao ponto de garantir uma educação gratuita, laica e de qualidade, capaz de observar esses princípios constitucionais, que são obrigação do Estado e não somente de cada governo.

Nesse sentido, quando abordamos a educação nas jurisprudências, como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), percebemos a responsabilidade do Estado na garantia do acesso e da permanência da população à/na escola. Entretanto, existe uma ampla delimitação do direito, da obrigação do Estado, da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



política educacional a ser desenvolvida, com o financiamento de educação, o ensino obrigatório, a expansão de educação, o compromisso com a oferta qualitativa de educação e a responsabilidade solidária da sociedade, aspectos que perpassam por mediações de sujeitos com interesses particulares.

No estado do Pará, aqui analisado em destaque, a Constituição Estadual de 5 de outubro de 1989, assegura a competência de o Estado/estado proporcionar os meios de acesso à educação. No que tange ao Ensino Médio, foco de análise, o artigo 274, inciso § 5º, prevê que: “É garantida a progressiva universalização do Ensino Médio gratuito” (PARÁ, 1989). Porém, ao longo da história e, em especial, no interior do Pará, a juventude do estado não teve seus direitos assegurados ou apenas os teve garantidos de forma precária ou por meio da ação de outros grupos, como a igreja católica (SANTOS, 2022).

Consoante a isso, as *Mensagens do Governo do Pará* nos anos de 2015 a 2020 revelaram uma diferença de perspectiva na política educacional. Isso ocorre porque, de 2015 a 2018, o estado do Pará esteve sob a governança de Simão Jatene (2010-2018), posteriormente assumindo Hélder Barbalho (2019-atual).

Durante esse período, a Educação Básica teve como objetivo a formação com o pleno desenvolvimento da pessoa, sua qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania. Um marco do governo foi a criação do Pacto pela Educação. De acordo com a *Mensagem do Governo do Pará à Assembleia Legislativa*, do ano de 2016, esta política educacional tinha como objetivo promover a melhoria da qualidade da educação, com o intuito de o estado ser referência nacional na transformação da qualidade do ensino público (PARÁ, 2016).

Sobre o Ensino Médio, a *Mensagem do Governo do Pará* de 2017, estabelece que:

Atenderam em 2015, 320.797 alunos sob a modalidade regular, Sistema Modular de Ensino (SOME), e pela Educação de Jovens e adultos (EJA). No campo da educação profissional, em 2015, foram ofertadas 6.440 vagas em cursos técnicos de nível médio nas modalidades Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Ensino Médio Integrado à Educação de Profissional de Jovens e

PROMOÇÃO



APOIO



Adultos (Proeja) e Subsequentes. Com isso, em 2015, se alcançou 22.000 alunos atendidos em 18 escolas tecnológicas localizadas nos municípios de Belém, Benevides, Cametá, Itaituba, Marituba, Monte Alegre, Oriximiná, Paragominas, Salvaterra, Santa Izabel do Pará, Tailândia e Vigia, compreendendo as regiões de integração Guajará, Tocantins, Baixo Amazonas, Rio Capim, Marajó e Guamá (PARÁ, 2017, p. 102).

Durante a gestão do governador Simão Jatene, a Educação Básica não conseguiu um significativo avanço no que se refere aos números. Diante disso, o estado do Pará teve a mais alta taxa de evasão escolar do Brasil em todas as etapas de ensino, conforme as estatísticas do INEP. No Ensino Médio, somando-se a taxa de estudantes que abandonam a escola ou reprovam no estado, esta estatística chega a 25%. Além disso, o Pará ocupa o penúltimo lugar no *ranking* dos estados no IDEB. Conforme mostra a Tabela 1, é possível perceber o quanto a média do IDEB no estado é baixa e avança a passos lentos.

**Tabela 1 - IDEB do Ensino Médio no estado do Pará**

Unidade	Ideb 2005	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011	Ideb 2013	Ideb 2015	Ideb 2017	Indicador de rendimento (P) 2019	Nota Média Padronizada (N)2019	Ideb 2019	Meta Ideb 2019
Pará	2,8	2,7	3,1	2,8	2,9	3,1	3,1	0,82	4,16	3,4	4,4

Fonte: elaboração própria com base em dados do INEP (BRASIL, 2020).

É possível verificar, de acordo com a tabela, que o IDEB no Pará é significativamente baixo. A projeção do IDEB, em 2019, previa que o estado alcançasse a meta de 4.4 no Ensino Médio, mas a realidade foi de 3.4 naquele ano, que deveria ter sido elevado em 1.3, quando comparado com o ano de 2017; somado a isso, houve nesse período a troca de governo pós-eleições de 2018. Assim, fica exposta a necessidade de investir na educação do estado para responder positivamente aos números, que desde os anos 1990 se configuram como o principal mensurador de qualidade.

No ano de 2019, o estado muda de gestão, tendo início o mandato do governador Helder Barbalho. Consequentemente, as políticas educacionais começam a ter mudanças no que se refere ao Ensino Médio. De acordo com as *Mensagens* enviadas à Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), foi possível verificar

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

como a última etapa da Educação Básica passa a ter um caráter técnico, preparando o aluno para o mercado de trabalho. Nesse cenário, a formação em tempo integral passou a ser pauta da discussão, visando um tempo de permanência maior do aluno na escola, garantindo assim – segundo alega essa política – a melhor aprendizagem discente e melhores índices educacionais no estado paraense. Por si só, esse processo revela que as mediações nas políticas educacionais são constantes, dependendo dos sujeitos envolvidos e das correlações de forças.

Um das metas do governo atual para o Ensino Médio foi elevar o estado do Pará ao patamar de primeiro da região Norte no IDEB e no índice de aprovação escolar, bem como ser o último em abandono e reprovação, representando uma mudança significativa no cenário educacional até 2023, em interface com como os princípios da gestão gerencial foram reiterados enquanto foco das ações educacionais,

É inegável que a gestão atual se mostra comprometida em aumentar os índices educacionais do estado, contudo, ainda são preocupantes os altos índices de reprovação e abandono no Ensino Médio. Por outro lado, o IDEB e os números *per se* não podem ser a única meta da gestão, já que a diversidade dos municípios paraenses requer políticas mais eficazes, a fim de que não ocorra sua mercantilização com pretensas soluções salvacionistas, a exemplo de teleaulas, aulas blocadas e interferências nos currículos, as quais desconsideram a realidade de ribeirinhos, quilombolas e indígenas, fundamentalmente diferentes de outras identidades e territorialidades no cenário nacional (VALE; SANTOS, 2022).

### 3. A POLÍTICA EDUCACIONAL DE ENSINO MÉDIO EM NÍVEL MUNICIPAL

Consultamos e reproduzimos aqui os dados de matrículas e rendimento dos estudantes do Ensino Médio nos municípios paraenses de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju e Tomé-Açu, no período que compreende os anos de 2015 a 2021. Fazemos esse movimento tendo em vista lançar luz sobre o

PROMOÇÃO



APOIO



atendimento dos sujeitos do Ensino Médio na realidade dos municípios estudados, na medida em que é indicador de como se efetiva a formação para os estudantes dessa etapa de ensino.

**Tabela 2** - Número de matrículas do Ensino Médio, segundo dependência administrativa

Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Abaetetuba	27.528	27.230	27.067	26.935	26.749	26.368	26.247
Acará	13.790	13.089	13.263	13.335	13.154	12.739	12.970
Barcarena	21.765	21.880	21.801	21.921	21.776	21.730	21.836
Igarapé-Miri	13.933	13.876	13.814	13.658	13.634	13.356	13.395
Moju	17.051	16.800	16.479	16.082	15.707	15.423	15.517
Tomé-Açu	14.708	15.077	14.615	14.628	14.399	14.199	14.094

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (FUNDAÇÃO ABRINQ, [20--], on-line).

A partir dos dados apresentados na Tabela 2, é possível observar que o número de matrículas no Ensino Médio no município de Abaetetuba vem diminuindo desde o ano de 2015 até o ano de 2021, o que revela uma digressão preocupante, já que é um dos mais populosos do Pará.

Nos municípios de Acará e Barcarena, as taxas de matrículas oscilam desde 2015 até 2021. Considere-se que Acará é município de menor porte, infraestrutura e população, mantendo-se com índices de 13.790 no ano de 2015, enquanto o município de Barcarena, de maior porte industrial e maior população, atingiu 21.765 matrículas em 2015.

Já os municípios de Igarapé-Miri e Moju apresentam queda nos dados de matrículas nos anos de 2015 a 2020, aumentando somente no ano de 2021, em relação ao de 2020 – mesmo assim, sem tanta expressão, quando se analisam as metas de alcance ou pelo menos o padrão de atendimento, que deveria abarcar as ilhas e os ramais, que são localidades distantes das estradas que compõem a diversidade desses territórios.

Enquanto isso, o município de Tomé-Açu aumentou o percentual de matrículas no ano de 2016, sofrendo queda em 2017, ocorrendo novamente um aumento no ano de 2018. Porém, a partir de 2019 até 2021, os dados apresentaram consistente queda.

**Tabela 3** - Taxa de reprovação no Ensino Médio (%)

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Abaetetuba	6,5	8,2	7,4	4,6	7,1	-	7,8
Acará	9,3	5,8	6,1	15,1	11,9	-	23,9
Barcarena	11	11,6	11,6	7,8	9,5	-	10,8
Igarapé-Miri	11,8	11,6	12,7	7,3	9,8	-	7,4
Moju	9,4	10,9	11,3	7,6	9,1	-	-
Tomé-Açu	10,2	17,6	13,5	9,9	14,4	-	14

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (FUNDAÇÃO ABRINQ, [20--], on-line).

No município de Abaetetuba, em 2015, a taxa de reprovação obteve a margem de 6,5%, continuou crescente no próximo ano, chegando a 8,2%, diminuiu no ano de 2017 para 7,4%; em 2018, houve o menor índice, com 4,6%, ao passo que, no ano de 2019, a taxa elevou-se para 7,1%. Somente em 2021, ela aumenta para 7,8%, o que revela como, mesmo com a troca de governo estadual, os problemas do Ensino Médio continuaram parecidos.

Em Acará, a taxa inicia o ano de 2015 com o índice de 9,3% de reprovações. No próximo ano, avançou para o maior indicador da tabela, com 51,8%. Os índices então sofreram reduções nos anos seguintes, alcançando o percentual de 23,9% de reprovações em 2021.

O município de Barcarena foi o único que saiu da taxa de reprovação de 11% do ano de 2015 e continuou com o percentual de 11,6% por dois anos seguidos, reduzindo o índice para 7,8%, no ano de 2018, aumentando-o para 9,5% em 2019.

Nos municípios de Igarapé-Miri, Moju e Tomé-Açu, de 2015 a 2021, constatou-se que houve bastantes oscilações nos índices, não sendo possível uma diminuição constante. No caso de Tomé-Açu, a taxa iniciou 2015 com 10,2% e terminou 2021 com 14% de reprovações.

**Tabela 4 - Taxa de Abandono no Ensino Médio (%)**

Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Abaetetuba	11	9,0	7,5	8,8	6,0	-	6,5
Acará	27,5	27,9	21,5	11,3	22,7	-	21,6
Barcarena	20,6	14,4	14,2	15,6	14,5	-	15,3
Igarapé-Miri	15,2	12,4	6,6	14	10,7	-	17,3
Moju	13,7	10,9	13,4	14	14,1	-	14,6
Tomé-Açu	20,1	12,2	14,9	13,1	11,1	-	10,9

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (FUNDAÇÃO ABRINQ, [20--], on-line).

Analisando a taxa de abandono, observou-se que o município de Abaetetuba possui os menores índices em relação aos outros municípios no período de 2015 a 2021, alcançando o menor percentual em 2019, com 6%, o que talvez possa estar relacionado às ações da Secretaria Municipal de Educação e a posteriores reflexos da pandemia de Covid-19 em anos seguintes. Para além disso, Pereira (2020) destaca que há interferências diretas do setor privado na organização da gestão pública municipal, porque a cidade tem realizado parcerias público-privadas ao longo de sua história, ao mesmo tempo em que os índices educacionais estão nas pautas da ação do poder público.

Os municípios de Acará, Barcarena e Igarapé-Miri conseguiram diminuir a taxa de abandono ao longo dos anos, sendo relativamente altas no ano de 2015. Acará atingiu a marca de 27,5% nesse ano, enquanto Barcarena e Igarapé-Miri atingiram respectivamente a taxa de 20,6% e 15,2% no mesmo ano. Em 2021, os municípios de Acará e Barcarena reduziram a taxa de abandono, e Igarapé-Miri aumentou para 17,3% nesse ano.

Nos municípios de Moju e Tomé-Açu, houve oscilações nos dados em praticamente todos os anos do período estudado. Por exemplo, em 2021, o município de Moju apresentou o maior índice de abandono, alcançando 14,6%; por sua vez, Tomé-Açu apresentou a maior taxa no ano de 2015, atingindo 20,1%, conseguindo diminuí-la no decorrer dos anos, chegando ao patamar de 10,9% em 2021. Desse modo, essa flutuação acaba revelando que as mediações da política de Ensino Médio não possuem um projeto permanente para superar o problema do abandono.

**Tabela 5 - Taxa de Aprovação no Ensino Médio (%)**

Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Abaetetuba	82,5	82,8	85,1	86,6	86,9	99,6	85,7
Acará	63,2	66,3	72,4	73,6	65,4	99,9	54,5
Barcarena	68,4	74	74,2	76,6	76	100	73,9
Igarapé-Miri	73	76	80,7	78,7	79,5	100	75,4
Moju	76,9	78,2	75,3	78,4	76,8	99,7	85

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

Tomé-Açu	69,7	70,2	71,6	77	74,5	99,8	75,1
----------	------	------	------	----	------	------	------

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (FUNDAÇÃO ABRINQ, [20--], on-line).

A Tabela 5 apresenta os dados sobre a taxa de aprovação, demonstrando inicialmente que o maior número de alunos aprovados se encontra no município de Abaetetuba, o qual alcançou a taxa de 82,5% em 2015. No decorrer dos anos, o percentual apenas aumentou e, em 2020, chegou ao patamar de 99,6%. Por outro lado, os percentuais de aprovados no município de Acará variaram, com a menor taxa no ano de 2015 atingindo 63,2%, com elevação da margem percentual nos três anos seguintes e sua diminuição para 54,5% no ano de 2021. Geograficamente, trata-se de territórios próximos e com característica similares quanto a seus públicos, os quais, no entanto, sofrem de formas diferentes com as mediações das políticas, como destaca Saviani (2020).

Outro município que apresentou mudanças no decorrer de sete anos é Moju, que inicia o ano de 2015 com o percentual de 76,9%, crescendo no ano seguinte para 78,2%, e diminuindo para 75,3% no ano de 2017. Posteriormente, apresentou oscilações nos anos de 2018 a 2020, diminuindo o percentual para 85% em 2021. Os outros municípios – isto é, Barcarena, Igarapé-Miri e Tomé-Açu – demonstraram aumento dos percentuais durante o período estudado.

É importante ressaltar que, durante o ano de 2020, a pandemia do COVID-19 impossibilitou o contato do aluno com a sala de aula, levando a adequações em todo o sistema educacional de ensino. Com isso, as aulas pararam em algumas escolas, enquanto outras instituições aderiram ao sistema híbrido de ensino, através de aulas remotas ou utilizando materiais impressos, a exemplo de apostilas com exercícios.

Em face desse cenário, a recomendação do Conselho Nacional de Educação foi evitar as reprovações. Por esse motivo, no ano de 2020, a tabela apresenta os maiores indicadores para a aprovação de alunos, chegando a atingir o seu percentual máximo nos municípios de Barcarena e Igarapé-Miri.

**Tabela 6 - Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio (%)**

Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
------------	------	------	------	------	------	------	------

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



Abaetetuba	43,1	41,5	40,2	39,2	36,4	34,8	36,7
Acará	66,4	64,2	63,8	63,4	63,9	59,9	58,3
Barcarena	56,2	54	54,4	56,3	55,1	53,5	51,5
Igarapé-Miri	53,3	53,2	50	53	50,7	48,5	45,7
Moju	69,2	66,6	64,4	61,8	59,8	59	54,6
Tomé-Açu	66,7	65	63,5	58,1	52,9	51,2	48,7

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (FUNDAÇÃO ABRINQ, [20--], on-line).

A taxa de distorção idade-série em Abaetetuba chegou ao seu maior nível no ano de 2015, com 43,1%, diminuindo gradativamente ao longo dos anos. Chegou ao seu menor índice em 2020, com 34,8%, e aumentou o percentual para 36,7% em 2021. Esses dados demonstram que nem todos os aspectos desse território podem ser compreendidos a partir da análise numérica, já que não há simetria ou proporcionalidade entre distorção e aprovação.

O município de Acará segue a mesma dinâmica, iniciando o ano de 2015 com a taxa de 66,4%. No ano de 2020, atinge a marca de 59,9% e diminui relativamente o percentual para 58,3% no ano de 2021, o que revela uma certa lentidão no alcance dos objetivos a esse respeito.

Em Barcarena, houve oscilação nos dados, pois se tem 56,2% da taxa de distorção idade-série no ano de 2015, a qual diminuiu no ano seguinte, 2016, e cresceu no ano de 2017, chegando a 54,4%. A maior taxa aparece no ano de 2018, com 56,3%, e a menor, no ano 2021, com 51,5%. No período dos sete anos analisados, o referido município não conseguiu reduzir 1% a cada ano, evidenciado a carência de efetivação de políticas para o Ensino Médio.

Já em Igarapé-Miri, houve ao longo dos anos apenas a decaída dos números, que foram de 53,3%, no ano de 2015, para 45,7%, em 2021, mas sem expressividade nessa redução, de modo que chegasse a mais de 1% ao ano. Além disso, todos os outros municípios, como Moju e Tomé-Açu, tiveram ao longo dos anos a diminuição das suas taxas de distorção, se compararmos o ano de 2021 ao de 2015, o que aponta para um relevante avanço nesse aspecto.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



#### 4. CONCLUSÃO

A elaboração do presente artigo nos permitiu realizar uma reflexão significativa sobre a atuação governamental no âmbito de educação e políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio. Dessa forma, percebemos as mudanças das políticas educacionais entre 2015 e 2021 devido à troca de gestão estadual nesse período, além de consolidarmos o conhecimento sobre os dados da última etapa da Educação Básica.

Nesse sentido, a pesquisa possibilitou analisar os dados educacionais do Ensino Médio na região do Baixo Tocantins e Vale do Acará, especificamente nos municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju e Tomé-Açu. Conforme a análise dos dados, foi possível perceber que os municípios encontraram certa dificuldade no cumprimento da Meta 3 do PNE, isto é, no aumento da taxa de matrículas nessa etapa de ensino. Da mesma forma, distanciaram-se da diminuição das taxas de abandono e distorção idade-ano, que permaneceram elevadas, embora venham melhorando com a redução ao longo dos anos de 2015-2021. O cenário, porém, progride de forma excessivamente lenta, o que revela que a mediação das políticas precisa ser mais consistente para impactar de forma mais efetiva esses territórios.

Nesse contexto, é importante ressaltar os desafios enfrentados pela educação a partir das consequências da pandemia da Covid-19, a qual afetou significativamente o espaço escolar. Desse modo, há a necessidade de realizar pesquisas mais aprofundadas nas escolas dos municípios estudados, com o objetivo de averiguar como as políticas educacionais de formação vêm sendo implementadas, a exemplo do Novo Ensino Médio, proposto pela lei nº 13.415-2017 (BRASIL, 2017).

A partir do referencial teórico utilizado, foi identificado que os conceitos de filantropia, protelação, fragmentação e improvisação se materializam na realidade da escola pública de Ensino Médio desses territórios do Pará. Isso, porque alguns dos municípios que avançam em um certo aspecto não acompanham o mesmo

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

ritmo em outro(s), o que acaba por revelar um descompasso na gestão da política e em sua materialização naqueles locais com realidades similares, como nos próprios municípios em tela.

Por fim, constatamos que, diante da realidade dos territórios analisados e a partir dos dados consultados, tanto o papel da política educacional quanto da escola de Ensino Médio não vem sendo efetivado nesse espaço, de modo que os alunos não são atraídos e não têm sua permanência fomentada. Não bastasse esse aspecto, as taxas de distorção idade-ano ainda são altas, indicando descompromisso por parte do poder público para superar o histórico modelo fragmentado e improvisado de política educacional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrxrpdpp>. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://tinyurl.com/2udk23f2>. Acesso em: 4 dez 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 59/2009, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm). Acesso em: 4 dez 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/3p463t2w>. Acesso em: 4 dez 2022.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <https://tinyurl.com/4r4p2bds>. Acesso em: 4 dez 2022.

BRASIL. Ministério da Educação **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2019:** notas estatísticas. Brasília: INEP. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/54yj6yue>. Acesso em: 26 abr. 2019.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Observatório da Criança e do Adolescente [Homepage]. **Observatório da Criança e do Adolescente**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr6cpvzw>. Acesso em: 3 ago. 2022.

PARÁ. **Constituição Estadual de 5 de outubro de 1989.** Belém: Assembleia Legislativa do Pará, 1989.

PARÁ. **Mensagem do Governo do Pará à Assembleia Legislativa:** Simão Robison Oliveira Jatene. Belém: Secretaria de Estado de Planejamento, 2016.

PARÁ. **Mensagem do Governo do Pará à Assembleia Legislativa:** Simão Robison Oliveira Jatene. Belém: Secretaria de Estado de Planejamento, 2017.

PARÁ, **Documento Curricular do Estado do Pará – Etapa Ensino Médio - DCEPA.** Belém: Secretaria de Estado de Educação, 2021

PEREIRA, Maria do Socorro Vasconcelos. **O controle social do Observatório Social de Abaetetuba na gestão pública da educação municipal.** 2020. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SANTOS, Émina Marcia Nery dos. **A EJA ofertada pelas Comunidades Eclesiais de Base na Amazônia e o processo de resistência cultural em Paulo Freire.** *Revista Cocar*, Belém, v. 11, n. esp., p. 1-18, 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência.** Roteiro, Joaçaba, v. 45, p. 1-18, jan./dez. 2020.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



VALE, Cassio. **A educação como negócio social na Amazônia brasileira**. 2022. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2022.

VALE, Cassio; SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. **A mercantilização do Ensino Médio paraense**. Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v. 11, n. 2, p. 1-16, 2022.

## PROMOÇÃO



## APOIO

